

Dever do Congresso

Com a instalação amanhã da nova legislatura, reacende-se a esperança de que o Congresso, reanimado pelo oxigênio das urnas e renovado em sua composição política, afinal se filie às aspirações populares. Há um programa nítido de restauração da dignidade na vida pública e de modernização das instituições do Estado colhido nas inspirações que resultaram na eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e na substituição de quase 60% dos parlamentares.

É uma plataforma política bem desenhada na consciência popular pelos compromissos assumidos na campanha do candidato presidencial, vitorioso em circunstâncias únicas da História contemporânea. De fato, Fernando Henrique Cardoso ergueu-se à Presidência da República com uma votação jamais alcançada por qualquer outro postulante anterior e, além disso, em manifestação tão explícita que dispensou o segundo turno. Sua consagração não distinguiu apenas o intelectual de alta extração, sem dúvida um dos mais qualificados políticos brasileiros deste último quartel do século. Mas a proposta de reformas estruturais com o fim de sanear a vida econômica do país, levar o Estado a desfazer-se de seu caráter paternalista e empresarial para cuidar apenas dos problemas básicos do povo e vincular o crescimento a uma distri-

buição mais justa da renda.

O Congresso em véspera de instalação está no dever de riscar da memória política a desastrada, caótica, ineficiente e corrupta legislatura que hoje chega ao fim. A decretação do impeachment de um presidente que bracejava no charco da corrupção e a meia-faxina nos próprios antros do Legislativo pela CPI do Orçamento não foram suficientes para compensar a colossal onda de trapalhadas, envolvimento em casos escabrosos de imoralidade pública, tráfico de influência e, acima de tudo, negligência criminosa no trato dos graves impasses nacionais, como se viu no período da revisão constitucional.

Para ajustar-se ao pacto político celebrado nas urnas, o novo Congresso tem o dever de pôr em marcha o programa apoiado pelo povo, no simbolismo em que se converteu a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. As reformas sancionadas pelo voto popular destinam-se a criar o instrumental político-jurídico da governabilidade. Envelhecidas de forma avassaladora pela sucessão de eventos revolucionários que sacudiram o mundo após a Constituição de 1988, as instituições políticas, econômicas e sociais do Brasil necessitam receber o tônico da modernização. Ou se faz isso, ou se condena o país ao atraso eterno.